

II Reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar no CONSAN-CPLP

Roma, 7 de Junho de 2015



Relatório de atividades

Organização:



1. Enquadramento

O Grupo de Trabalho “ad hoc” sobre Agricultura Familiar do CONSAN (GT AF) foi criado em 2012 e a sua primeira reunião teve lugar em Brasília, em Maio de 2014. Durante esta reunião, na qual participou uma comitiva da sociedade civil composta por membros da Plataforma de Camponeses da CPLP, foi discutido um plano de trabalho global onde se inseria a realização de estudo contribuindo para um processo visando obter propostas concretas para o apoio e reconhecimento da agricultura familiar na CPLP.

Durante a reunião multi-atores, que decorreu em Lisboa, em Dezembro de 2014, organizada pela FAO e CPLP, foi confiado ao TCP/INT/3406 (D) o apoio técnico ao GT AF, incluindo a elaboração de uma proposta de Termos de Referência e eventual facilitação do processo.

O Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe a realização de uma segunda reunião do GT AF, à margem da 39ª Conferência da FAO, em Roma, em Junho de 2015. Esta proposta foi bem acolhida pelos Estados membros, pelo SE-CPLP e pela FAO.

A reunião do GT AF teve, assim, lugar no dia 7 de Junho de 2015 na sede da FAO, sala King Faisal (D-263), em Roma, à margem da 39ª Conferência da FAO.

2. Objetivos

- Discutir o regulamento interno do grupo e sua adequação às normas do CONSAN;
- Discutir e aprovar os Termos de Referência para elaboração de Diretrizes Regionais de Promoção da Agricultura Familiar na CPLP;
- Discutir plano de trabalho e atividades para 2015;

3. Participantes no Fórum

O SE-CPLP convidou os Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural da CPLP para estarem presentes na abertura da reunião. Os Ministros do Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique estiveram presentes.

Também a Diretora Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo, participou da abertura da referida reunião.

Participaram representantes de todos os governos dos Estados membros (exceção da Guiné Equatorial).

O Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP indicou oito representantes da sociedade civil, a saber:

País	Organização	Delegado
Angola	UNACA	Belarmino Jalembi
Brasil	CONTAG	Nemo Amaral
Cabo Verde	FONG	Aguinaldo David
Guiné-Bissau	RESSAN-GB	Tomané Camará
Moçambique	ROSA	Maria Helena Sibia
Portugal	REALIMENTAR	Joana Rocha Dias
São Tomé e Príncipe	FENAPA	António Lopes
Timor-Leste	HASATIL	Xisto Martins

Apesar do curto espaço de tempo para a organização deste evento, o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP conseguiu assegurar uma representatividade geográfica plena por parte dos países que constituem o Mecanismo atualmente.

Participaram ainda observadores propostos pelos membros e participantes respeitando o estipulado nos estatutos do CONSAN, incluindo quadros técnicos da FAO e a companheira Laura Lorenzo do Fórum Rural Mundial, sugerida pelo MSC.

4. Agenda da reunião

9:00 – Abertura da reunião e adoção da agenda, pela coordenação do GTAF, o Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil, Patrus Ananias

9:15 – Intervenções dos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Estados membros da CPLP (São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique)

10.15 – Intervenção da Diretora Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo

10:30 – Apresentação das conclusões do I Fórum sobre Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional (Belarmino Jalembi, Representante do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP)

10:45 – Pausa

11:15 – Retomada dos trabalhos, sob a coordenação de Cristina Timponi, Chefe da Assessoria Internacional do MDA, e Marcos Aurélio, Ponto Focal de SAN do Brasil.

11:15 – Enquadramento técnico da reunião e ajustes ao regulamento do GTAF (Facilitação: Francisco Sarmento)

11:30 – Apresentação e aprovação dos Termos de Referência para as Diretrizes Regionais de Apoio a Agricultura Familiar na CPLP (Facilitação: Francisco Sarmento)

12:30 – Apresentação e aprovação de ajustes de calendário ao plano de trabalho e atividades previstas em 2015 (Facilitação: Francisco Sarmento)

13:00 – Discussão e aprovação das conclusões

13:30h – Encerramento

5. Descrição das atividades

5.1. Revisão do Regulamento Interno do GT AF

O regulamento foi revisto e consensualizada na redação em anexo (ver anexo 1), e será proposto para ratificação pelo Secretariado Técnico da ESAN-CPLP.

Foram incluídas menções ao Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, não consideradas no documento original discutido em Maio de 2014, em Brasília, uma vez que o Comité de Coordenação do Mecanismo ainda não estava operacional, pelo que a participação da sociedade civil neste GT se realizou então apenas via Plataforma de Camponeses da CPLP.

5.2. TORs para Diretrizes Regionais de Promoção da Agricultura Familiar na CPLP

Decidiu-se, que face à limitação de tempo na reunião, seriam apenas discutidas questões fundamentais (Metodologia, Objetivo, Fases do Trabalho, Governança, Equipe e Orçamento) podendo os membros e participantes enviarem sugestões às demais partes do documento, se assim o entenderem, no prazo de uma semana.

O ponto focal de Moçambique, Edgar Cossa, pediu esclarecimento sobre se as Diretrizes propostas substituem o Estudo sobre a Agricultura Familiar na CPLP mencionando que Moçambique e Cabo Verde já avançaram com esses estudos a nível nacional.

Foi esclarecido que os processos são complementares e não de substituição, sendo que os estudos já efetuados poderão e deverão contribuir para o desenvolvimento das diretrizes e reforçarem (posteriormente) o desenvolvimento/implementação das mesmas, a nível nacional. O Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP partilhou esta posição e sublinhou a importância de estudos nacionais para o processo de identificação de prioridades e construção e implementação a nível nacional de políticas públicas. Além disso, a opção de construção de Diretrizes é estratégica tendo em conta a realização do CONSAN extraordinário, previsto para novembro de 2015, e o envolvimento de todos dos atores no debate e sua contribuição para o reconhecimento da categoria dos agricultores familiares na CPLP.

A implementação deste processo visando a implementação das Diretrizes Regionais está ainda em consonância com os resultados da reunião última do Comité Consultivo do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 (Brasília, 2014), onde se concluiu pela necessidade de desenvolvimento, “de baixo para cima de Diretrizes Globais de Promoção da Agricultura Familiar enquanto marco normativo que realce os requisitos fundamentais para garantir o desenvolvimento adequado da Agricultura Familiar no mundo”. A CPLP foi mencionada como um espaço de cooperação regional onde este processo poderia ser desenvolvido face ao mandato do GT AF.

Eventuais futuros estudos sobre Agricultura Familiar em outros países deveriam ser coordenados ao nível do GT AF, tendo em vista a obtenção de um produto aplicável regionalmente já que o mandato do grupo é o de desenvolver proposições ao CONSAN.

Os TORs para o processo de formulação de Diretrizes Regionais de Promoção da Agricultura Familiar na CPLP foram aprovados, com a redação constante do anexo 2.

O Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP deverá participar na comissão de coordenação para a realização das referidas Diretrizes - ver ponto 2.2. do anexo 2, que estipula:

“O Processo será coordenado por um pequeno comité indicado pelo GTAF em linha com art 8ª do Regulamento de Funcionamento do GTAF (Um rep de um país membro; 1 representante da sociedade civil indicado pelo Mecanismo e Um representante da CPLP); Poderão vir a juntar-se a este Comité um representante do Mecanismo das Universidades, um dos Parlamentares e um do Sector Privado se estes mecanismos procederem á sua identificação nos moldes estatutariamente previstos.

Este comité de coordenação conta com a assessoria do TCP/INT/3406 através do apoio do Assessor de Políticas podendo o mesmo participar das discussões do Comité sem direito a voto.

O Comité será consultado pela equipe de execução para assegurar os objetivos do processo, a aprovação dos produtos intermédios e resolver eventuais omissões”.

5.3. Plano de Trabalho

Em conformidade com os resultados de reunião anterior do GT AF, do Secretariado Técnico do CONSAN e contribuições apresentadas pelo Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, Geraldo Basilua (UNACA / Angola), membro do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP apresentou as atividades prioritárias para 2015 (ver apresentação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP em anexo, Anexo 3):

Actividade 1: Diretrizes de Promoção da AF na CPLP: contribuições para Estudo, através de processo de auscultação nacional e regional

O plano de trabalho resultante da reunião multi-atores da CPLP, realizada em Dezembro de 2014 em Lisboa, reiterou a necessidade de realizar um estudo sobre a agricultura familiar na CPLP, tendo como objetivo o seu reconhecimento e promoção de políticas públicas de apoio, pelos governos dos Estados-membros. A sociedade civil tem manifestado formalmente, em várias ocasiões, o desejo de participar ativamente neste processo. Nesse sentido, o Mecanismo propôs a realização de processos de auscultação a nível nacional, originando um conjunto de dados e de preocupações que se espera venham a ser incorporadas no processo. Estas consultas serão feitas pelas

entidades que compõem a Plataforma de Camponeses da CPLP, e envolverão outros atores relevantes, particularmente no que se refere à importância do acesso aos recursos naturais, dos conhecimentos tradicionais e das prioridades para os agricultores familiares e camponeses da região, considerando as suas particularidades e assimetrias existentes entre países. Com base nos resultados dos levantamentos nacionais, serão sistematizadas algumas propostas/prioridades de nível regional.

Atividade 2: Intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre Sistemas de Produção Agrícola Sustentáveis na CPLP

O seminário “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente”, que decorreu em São Tomé e Príncipe, no âmbito do Fórum evidenciou a importância da conservação e uso da biodiversidade e da repartição dos benefícios associados e com consentimento prévio informado.

No seguimento da primeira reunião do GT AF, do seminário e das reuniões de planeamento consecutivas, planeou-se uma ação de intercâmbio específica sobre práticas de produção agrícola sustentáveis, a realizar em 2015. Neste sentido, propôs-se à FAO / CPLP a realização de uma iniciativa de intercâmbio durante o ano em curso, a decorrer num país africano.

Atividade 3: Intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre Compras Públicas e Programas de Alimentação Escolar

O Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP entende que o vínculo entre Alimentação Escolar e Agricultura Familiar nos países da CPLP pode representar uma importante transformação no sentido da reaproximar a produção e o consumo, através da promoção de alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos localmente pela Agricultura Familiar, e consumidos diariamente pelos alunos. Durante o seminário “Programas de Alimentação Escolar” que teve lugar no âmbito do Fórum, em São Tomé, e a partir das reuniões internas de planeamento do Mecanismo, foram exemplificadas e exploradas áreas de atuação para possível intercâmbio entre atores dos países da CPLP, envolvendo não só atores da sociedade civil e muito particularmente agricultores familiares, mas também técnicos governamentais. Enquanto sociedade civil, o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP espera participar ativamente em eventual ação de intercâmbio a desenvolver nestes domínios ainda em 2015.

O Brasil propôs apresentar até ao final de Junho, proposta de Intercâmbio de compras públicas. Propõe-se também realizar algumas consultas para verificar se algum país possui interesse em acolher este intercâmbio face a anteriores discussões; e que não havendo poderia sugerir sua realização no Brasil na UNILAB.

Atividade 4: Iniciativa regional de capacitação e assistência técnica

Os participantes no Fórum constataram a necessidade de fortalecer a capacitação específica dos agricultores familiares e camponeses em todos os países e na CPLP no que respeita práticas sustentáveis de produção de alimentos.

Está atualmente em curso um estudo regional nesta matéria, que esperamos possa contemplar um Diagnóstico de Necessidades de Formação, a partir das demandas e prioridades levantadas pelos diferentes atores nos países da CPLP diretamente relacionadas com o Sistema Agrário e da Alimentação, muito particularmente por parte da sociedade civil. Das entrevistas realizadas e a partir de informação secundária, identificaram-se seis áreas de conhecimento com necessidades de capacitação: Agroecologia; Ecoturismo; Energia; Extensão; Pesca; Serviços conexos.

Estas 6 áreas de conhecimento compreendem 48 Grupos de conhecimento, e estes Grupos enquadram, por sua vez, 112 Temas de transferência de conhecimento e de capacitação, que se revelam determinantes para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional, uns de implementação mais urgente que outros.

Da sobreposição das necessidades de capacitação identificadas com os processos da cadeia de valor do Sistema Agrário e da Alimentação, evidencia-se um desenvolvimento desigual nos diferentes elos, revelando a necessidade de desenvolvimento destes elos que constituem a cadeia de valor.

Neste sentido, elaboraremos uma proposta a ser apresentada na próxima reunião do GT para a criação de um centro de competências para a agricultura familiar a estabelecer num país da CPLP com base em parcerias entre a sociedade civil, sector privado, governo e organizações internacionais.

Atividade 5: Projeto piloto sobre acesso a informação relativa a acesso a recursos naturais

Para o desenvolvimento de propostas de políticas concretas, a sociedade civil tem-se deparado com a necessidade de maior e melhor acesso à informação, em particular dados quantitativos e qualitativos sobre as principais prioridades para os agricultores familiares, incluindo o acesso aos recursos naturais.

Diante da insuficiência e generalização dos dados existentes sobre agricultura familiar no âmbito da CPLP, o Mecanismo, através da Plataforma de Camponeses da CPLP, tem vindo a desenvolver uma proposta de parceria (ainda em elaboração) com a Fundação Land Portal e esta com a FAO, para a implementação de um Hub CPLP, que permitirá vincular este processo à implementação das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais nos países da CPLP.

As atividades aqui apresentadas para 2015 não excluem outras ainda em identificação, e contribuem para a consolidação da participação qualificada da sociedade civil no CONSAN-CPLP e seus Grupos de Trabalho, demonstrando a validade e a importância da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP.

6. Considerações e Reflexões Finais sobre a II Reunião do GT AF

O MSC reconheceu o trabalho desenvolvido pela organização do evento, muito particularmente no que respeita a preparação do material prévio e a facilitação técnica do evento.

Salienta-se a manifestação de todos os Ministros presentes na reunião quanto ao seu compromisso com a ESAN-CPLP e com o GT AF em particular, mandatando os membros e participantes do GT AF para trabalharem os temas propostos na agenda.

O Brasil mostrou-se disponível para reforçar a cooperação entre os países em áreas estratégicas incluindo a de compras institucionais.

Sublinha-se ainda o apoio e prioridade da FAO para com a ESAN-CPLP manifestado pela Diretora Geral Adjunta, bem como a proposta do Ministro de São Tomé e Príncipe de que a próxima reunião do CONSAN-CPLP tenha como tema maior a questão da Agricultura Familiar.

Eva Verona Ortet, Ministra da Agricultura de Cabo Verde, sublinhou a importância do papel da sociedade civil no Conselho nacional em implementação. Também a Diretora Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo, salientou a importância da participação social nos conselhos em Cabo Verde e Timor Leste, trazendo para o debate os agricultores familiares. São Tomé e Príncipe manifestou que implementará o conselho nacional de segurança alimentar e nutricional no país até final de 2015.

O MSC-CONSAN sugere que a participação da UNILAB neste processo em geral e no grupo em particular possa ser institucionalizada na reunião do Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidade, a realizar-se em Cabo Verde, em Julho.

Aprovadas as atividades até ao final de 2015, o GT AF CONSAN, sob proposta do Brasil, reconheceu o interesse de solicitar renovação do seu mandato ao CONSAN-CPLP, por mais 2 anos. Esta proposta será encaminhada pela coordenação na próxima reunião do CONSAN.

No que respeita a organização logística do evento, é fundamental que estes eventos sejam convocados com maior antecedência, sob pena de não se conseguir garantir os tempos necessários aos processos de consulta interna e mobilização inerentes às organizações da sociedade civil e movimentos. Ainda, o processo de transferências internacionais dos *per diems* revelou-se ineficaz em grande parte dos casos.

7. Reunião da Sociedade Civil, dia 7 de Junho, 15:00

Nesta reunião interna dos delegados da sociedade civil membros do Comité de Coordenação do MSC foram discutidos os seguintes itens:

- Workshop Cabo Verde: terá lugar de 25 de Junho a 1 de Julho de 2015 um workshop / seminário de capacitação para a sociedade civil organizado pela FONG – Cabo Verde e pela FAO Roma sobre participação social no conselho nacional de segurança alimentar e nutricional. A REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP foram convidadas a participar. A coordenação da REDSAN-CPLP manifestou interesse e disponibilidade em participar e os membros da Plataforma em Angola, Brasil e Guiné-Bissau manifestaram também interesse em participar. A FAO apoiará financeiramente a participação de um representante da REDSAN-CPLP e outro da PC-CPLP.
- II Fórum da sociedade civil da CPLP, a decorrer em Díli, em Julho de 2015: Guiné Bissau, Brasil, Moçambique, Angola e o Secretariado do MSC manifestaram interesse e disponibilidade em participar do evento. O secretariado do MSC consultará, com o apoio da HASATIL, os colegas em Timor Leste para identificar fontes de financiamento para as 5 participações por parte da sociedade civil (proposta de painel em anexo – anexo 5).
- Intercambio Guiné Bissau: a Rede da Guine Bissau (RESSAN-GB) e a KAFO GB reiteraram interesse em apoiar a organização deste projeto de intercâmbio sobre práticas de produção sustentáveis, destinado a agricultores familiares da CPLP. A Rede poderá apoiar a organização do evento e o transporte e os participantes poderão ficar alojados no centro de formação da KAFO. Antes do intercâmbio propriamente dito no centro de formação, propõe-se a realização de um seminário, para o qual se convidariam membros do governo, sociedade civil e outros interessados a participar, a decorrer em Bissau. Procurar-se-á incluir visita de campo aos Bijagós, de forma a conhecer em maior detalhe o projeto de gestão comunitária. O projeto de intercâmbio ainda está sob análise por parte dos financiadores. A ACTUAR enviará primeiro draft de nota conceptual, para que se possa iniciar o processo de mobilização e organização. Devido às chuvas, e na medida em que este intercambio deveria ter lugar antes da reunião do CONSAN-CPLP, sugere-se que o mesmo decorra no final do mês de Outubro.
- Reunião extraordinária do CONSAN-CPLP e da reunião prévia do GT AF, a decorrer em Díli, em Novembro de 2015: os colegas da HASATIL apoiarão a organização das atividades em Díli no quadro da reunião do CONSNA-CPLP, e incluirão a organização de visitas a projetos e evento da sociedade civil, a decorrer antes do CONSNA-CPLP. A HASATIL está a organizar a possibilidade de assegurar alojamento a colega do secretariado do MSC que possa ir mais cedo para Díli, para ajudar a organização e preparação logística do evento, se necessário.

- Diagnóstico Regional sobre Métodos de Produção Sustentáveis: na sequência da reunião de planeamento que teve lugar durante o Fórum em São Tomé, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Brasil encaminharam recolha de informação / legislação nacional. Todos os países reiteraram sua disponibilidade e interesse em participar deste projeto de pesquisa de abrangência regional.
- Processos de auscultação a nível nacional relativamente ao Draft Zero de possíveis Diretrizes Regionais de Promoção da AF na CPLP, a serem desenvolvidas no âmbito do GT AF: na sequência da reunião de planeamento que teve lugar durante o Fórum em São Tomé, todos os países reiteraram sua disponibilidade e interesse em participar destes processos de auscultação a nível nacional, até início de Setembro, segundo cronograma discutido na reunião do GT AF.
- Nomeação de representante do MSC no comité de coordenação do GT AF: foi acordado por unanimidade que Joana Rocha Dias, enquanto secretariado da Plataforma de Camponeses da CPLP, representará o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, no GT AF.

8. Anexos

- 8.1. Regulamento interno do GT AF
- 8.2. Termos de Referência para elaboração de Diretrizes Regionais de Promoção da Agricultura Familiar na CPLP
- 8.3. Apresentação do MSC CONSAN na II Reunião do GT AF
- 8.4. Lista de participantes
- 8.5. Proposta de Painel para o II Fórum da Sociedade Civil da CPLP